

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAÚ

Ao décimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, ocorreu a septuagésima primeira reunião ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú – CBH, nas dependências do Centro de Educação a Distância de Sobral – CED, localizado na Rua Iolanda P. C. Barreto, nº 138, Bairro Derby Clube, Sobral – CE, CEP 62042-270. Estiveram reunidos 20 instituições que fazem parte do comitê de Bacia do Coreaú, representadas pelas seguintes entidades membros: Marcos Antônio Monteiro Freitas, titular da **EMATERCE**, Raquel Ferreira Gomes Rosa, titular **SEMACE**, Manoel Bartolomeu Gomes de Almeida, suplente da **SRH**, Raimundo Nonato Faria Monteiro, suplente **FUNCEME**, Amanda Nunes Diógenes, Titular da **ICMBIO**, Paulene Maria dos Santos Rocha, suplente da **prefeitura municipal de Morrinhos**, Everaldo Batista Lima, suplente da **Prefeitura municipal de Uruoca**, Vanessa Maria Rodrigues, suplente **Prefeitura municipal de Alcântara**, Francisco Luiz dos santos, titular do **STR de Camocim**, José Andrade dos Santos, suplente **STR de Senador Sá**, Francinilson José da Silva Araújo, suplente do **STR de Tianguá**, Raul de Araújo Lima Neto, titular **Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade de Morrinhos e Adjacências**, Aldenir da Mota Soares, titular da **Associação dos moradores de Retiro**, Izabela Cristiane de Lima Silva, titular do **IFCE de Camocim**, Patricia Vasconcelos Frota, Suplente da **UVA**, Jarina Aragão da Silva, suplente da **Associação dos Pequenos Produtores da Lagoa dos Bitonhos**, Antônio Arnaldo Rodrigues da Silva, titular da **Associação comunitária Capitão Simão Félix da Cunha de Pau Ferro**, Inácio Evangelista e Silva Neto e a Francisca Zélia Sousa Silva, titular e suplente da **CAGECE**, Marcos Luan dos Santos Lima, titular **SISAR-BAC**, Francisca Cosmo Vieira Marciano, **Associação dos Remanescentes do Quilombo Timbaúba**, e 5 instituições do público externo, que foram: Francisco Agostinho, **FUNCEME**, Darllan Nunes, **UVA**, Tyago Aragão, **Faculdade 05 de Julho**, Iris Araujo, **UVA**, Mateus Perdigão **COGERH Fortaleza**, Dayane Andrade, Hiago Gomes, Leandro Silveira, Guilherme Farias e Genario Fonseca, **COGERH Sobral**. **A pauta da reunião 1- Abertura e Informes; 2-Aprovação da ata da 38ª e 39ª Reunião Extraordinária; 3– Análise da quadra chuvosa na Bacia do Coreaú – FUNCEME; 4 Parâmetros de alocação; 5- Apresentação do relatório final do Plano de secas (Hidrossistema Angicos) 6- Encaminhamentos e encerramento.** Raul Neto, presidente do comitê fez às 9:10h a abertura acolhendo toda plenária e iniciou:

1- INFORMES: o presidente Raul Neto apresentou os informes, ressaltando inicialmente as pautas abordadas na última reunião do Fórum Cearense, com destaque para o debate acerca do tema Hidrogênio Verde e o pioneirismo do Ceará neste processo, deixando aberta à plenária a possibilidade de convidar um especialista para palestrar sobre esse tema. Na sequência foi informado sobre a intervenção do presidente quanto a importância do projeto malha d'água considerar e priorizar a região do Coreaú, tendo em vista as comunidades que ficam vulneráveis nos períodos de baixa precipitação, mesmo com os reservatórios que já são operados na bacia atualmente. Concluídos os principais informes sobre a reunião do Fórum, o presidente apresentou o trabalho realizado pela COGERH, para atender as demandas da Comissão Gestora do Gangorra, desenvolvendo o mapeamento do entorno do Açude Gangorra, para reconhecer os principais desafios a serem trabalhados com vistas a garantir a preservação da qualidade da água do reservatório. Por fim, foi informado sobre a disponibilidade de uma vaga para participação de membro da plenária na reunião do Fórum Cearense de Comitê de Bacias, que iria ocorrer com o deslocamento entre os dias 23 e 25 de junho, sendo necessário que o membro disponível para participar manifestasse seu interesse para organização da logística com brevidade.

52 **2- Aprovação da ata da 38ª e 39ª Reunião Extraordinária:** Finalizados os informes
53 foram colocadas em aprovação as atas das reuniões 38ª e 39ª extraordinárias, enviadas
54 previamente por e-mail as quais foram aprovadas pela plenária com apenas uma
55 abstenção da Professora Patrícia. Neste momento, o Gerente Regional Hiago sugeriu
56 alterar a ordem da pauta, para que a FUNCEME apresentasse primeiramente, trazendo
57 dados importantes para a análise dos Parâmetros de Alocação.

58
59 **3- Análise da quadra chuvosa na Bacia do Coreaú – FUNCEME:** Deste modo, o
60 técnico Augustinho Brito da FUNCEME iniciou sua apresentação do Prognóstico Climático
61 para o Ceará, consolidando sua apresentação com o diagnóstico que de fato aconteceu
62 no primeiro semestre do ano, identificando que a partir da segunda quinzena de março as
63 precipitações da região hidrográfica foi abaixo das médias para o período, apesar de
64 precipitações acima da média especialmente no litoral. Para concluir sua apresentação,
65 foi apresentada uma observação sobre a situação dos reservatórios, que apesar da
66 situação das precipitações, a região hidrográfica está com o volume dos reservatórios
67 ainda entre 70 e 100 por cento, com dois reservatórios sangrando, ainda assim, abaixo do
68 cenário dos últimos anos. Finalizada a apresentação foi feito um adendo pelo técnico da
69 FUNCEME sobre o percentual de acerto das previsões da instituição que representou 83
70 por cento das previsões realizadas na última década.

71
72 **4- Parâmetros de alocação:** Após agradecer a contribuição e não havendo dúvidas da
73 plenária, foi iniciada a apresentação do gerente de operação da COGERH, Guilherme,
74 apresentando que atualmente dois reservatórios estão sangrando dentro da região
75 hidrográfica. Na sequência, foi feita a prestação de contas da operação de emergência de
76 2025.1 do Açude Angicos e Gangorra que finalizaram a operação com um valor positivo
77 de cota para o previsto para a operação alocada. Na sequência, foram apresentados os
78 parâmetros dos reservatórios para embasar a tomada de decisão quanto à alocação para
79 o próximo semestre, com a apresentação dos parâmetros o Guilherme elucidou sobre a
80 definição necessária a ser feita pelo colegiado do comitê, considerando os parâmetros de
81 vazão mínima e máxima a ser operada no período. Com os cenários apresentados, foi
82 identificado o esvaziamento do açude, em função da perda de água, seja por consumo ou
83 evaporação, a Professora Patrícia solicitou a palavra, manifestando preocupação quanto
84 à proximidade entre os cenários apresentados, argumentando que os valores muito
85 similares tenderiam a gerar comportamentos operacionais também muito semelhantes no
86 reservatório. Questionou, portanto, o motivo de não terem sido elaborados mais cenários,
87 inclusive com valores inferiores à demanda atual, de modo a proporcionar uma análise
88 mais ampla e estratégica para a tomada de decisão. Na oportunidade, a professora
89 também levantou outra preocupação relacionada às demandas e ao impacto da recente
90 aprovação, pelo Conselho de Recursos Hídricos, da resolução que isenta da tarifa de
91 cobrança pelo uso da água os pequenos irrigantes com consumo de até 20 mil litros, bem
92 como os produtores de camarão – ainda que esta última categoria não esteja presente no
93 trecho perenizado em questão. Apesar disso, o trecho possui pequenos irrigantes, e
94 diante da demanda apresentada pelo coordenador de operação Guilherme, a professora
95 indagou se houve alguma discussão ou análise prévia sobre o possível impacto que essa
96 isenção pode representar para os trechos perenizados da bacia. Guilherme elucidou que
97 os cenários são propostos a partir dos estudos do histórico do reservatório, considerando
98 o valor mínimo levando em conta o abastecimento mais próximo do contexto de
99 abastecimento do município mais desfavorável, garantindo que serão atendidos, sendo o
100 máximo proposto baseado na operação dos últimos anos. Na sequência Hiago
101 complementou os questionamentos apresentados, esclarecendo que, nos últimos anos,
102 têm-se observado médias operadas muito próximas às apresentadas nos cenários
103 propostos. Informou que a construção de um cenário com valores abaixo do atual seria

104 possível, desde que houvesse uma mudança significativa no formato das demandas que
105 atualmente são atendidas. Em relação à proximidade entre os valores apresentados nos
106 cenários, destacou que, até o momento, não há qualquer projeto ou grande alteração no
107 panorama existente que justificasse um cenário adicional, reforçando a postura
108 conservadora adotada pela COGERH. Sobre a resolução recentemente aprovada pelo
109 Conselho de Recursos Hídricos, Hiago informou que havia uma reunião interna agendada
110 na COGERH para o dia seguinte, com o objetivo de analisar os possíveis impactos da
111 medida. Mencionou que surgiram dúvidas nas gerências regionais quanto à aplicação
112 prática da resolução, ressaltando que a COGERH não participou diretamente do processo
113 de elaboração, que foi conduzido principalmente pela sede da Secretaria de Recursos
114 Hídricos (SRH). Hiago enfatizou que ainda é necessário um entendimento mais claro do
115 conteúdo e dos impactos da resolução, especialmente sobre sua aplicabilidade em áreas
116 como os perímetros irrigados e sobre a abrangência da isenção para pequenos irrigantes
117 inseridos nesses perímetros. Em seguida, a Professora Patrícia solicitou que fosse
118 registrada em ata uma referência ao Regimento Interno do CONER, citando o Art. 1º, que
119 dispõe: "Cabe ao CONER deliberar sobre os projetos de recursos hídricos cujas
120 repercussões extrapolem o âmbito da bacia hidrográfica em que serão implantados. Em
121 segunda instância, é deliberar sobre as questões que tenham sido encaminhadas pelos
122 comitês." Patrícia destacou que teve conhecimento da resolução apenas por meio da
123 internet, e mesmo sendo suplente neste comitê e titular em outro, não tomou
124 conhecimento prévio da discussão em nenhum dos dois comitês, mesmo acompanhando
125 regularmente as atas. Por essa razão, manifestou o desejo de compreender melhor como
126 se deu o processo de aprovação e encaminhamento da referida resolução. Encaminhou a
127 questão à mesa diretoria do comitê, questionando se houve algum espaço ou grupo de
128 discussão em que o tema tenha sido tratado e se a diretoria esteve ciente da proposta,
129 tendo em vista que, segundo as informações divulgadas, a demanda teria sido
130 encaminhada pela FAEC. Reforçou os seguintes questionamentos: "Essa proposta
131 passou pelos comitês? Por qual comitê? Foi encaminhamento de uma instituição? O
132 Comitê do Coreaú teve conhecimento e participou das discussões? No Comitê do Acaraú,
133 nada foi comunicado, apenas tomamos conhecimento pela notícia." Finalizou afirmando
134 que seu interesse era entender o processo e se ele ocorreu de forma participativa,
135 conforme previsto na legislação, que estabelece os comitês de bacia como instâncias
136 deliberativas. Hiago solicitou novamente a palavra, afirmando compreender a
137 preocupação, mas esclareceu que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONER)
138 possui autonomia própria, sendo convocado e conduzido pela sua secretaria executiva,
139 que, salvo engano, é a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), e não a COGERH.
140 Explicou que os comitês de bacia têm representação no CONER, mas que o conselho é
141 composto por diversas instituições. Assim, quanto à formação e às decisões do CONER,
142 destacou que apenas o próprio conselho poderia prestar esclarecimentos, pois a
143 COGERH não detém informações detalhadas sobre os trâmites internos da resolução. O
144 Presidente Raul aproveitou a oportunidade para responder à Professora Patrícia,
145 informando que também não teve conhecimento formal da resolução e que tomou ciência
146 do conteúdo por meio das redes sociais. Afirmou acreditar que os demais membros da
147 diretoria presentes na reunião também não foram oficialmente informados. Reforçou,
148 contudo, que apenas o CONER poderia prestar esclarecimentos mais precisos sobre o
149 tema. Por fim, deixou aberta a possibilidade de encaminhamento de um ofício pela Mesa
150 Diretora solicitando informações formais sobre a origem e o trâmite da referida resolução
151 junto ao CONER. Na sequência, a Professora Patrícia questionou se o senhor
152 Bartolomeu, como representante da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), havia
153 participado ou tomado conhecimento da referida resolução. Em resposta, Bartolomeu
154 informou que também não participou e nem recebeu qualquer informação a respeito do
155 processo. Relatou, inclusive, que esteve presente na semana anterior nas reuniões dos

156 Comitês do Alto e do Médio Jaguaribe e que, nessas ocasiões, também foi constatado
157 que a resolução não havia sido discutida em nenhuma dessas instâncias. Sem mais
158 questionamentos, a Professora Izabela sugeriu uma reflexão quanto à possibilidade de
159 alinhar os parâmetros de alocação do Açude Angicos ao que foi previsto no Plano de
160 Seca, como subsídio para a tomada de decisão. O gerente Guilherme respondeu
161 afirmando que, de fato, os parâmetros apresentados consideram as diretrizes do Plano de
162 Seca. No entanto, ressaltou que a vazão definida no plano refere-se a uma média anual,
163 enquanto as vazões atualmente discutidas dizem respeito a uma média de seis meses,
164 correspondente ao período de operação. Dessa forma, embora baseados no plano, os
165 valores foram ajustados à realidade da operação semestral. Na sequência, o Presidente
166 Raul levantou uma dúvida quanto à definição da vazão mínima apresentada,
167 questionando se essa vazão contemplava todo o percurso até o final do trecho
168 perenizado, abrangendo as localidades de Senador Sá e Campanário, por exemplo.
169 Indagou, ainda, se seria possível propor uma vazão menor do que a sugerida ou se a
170 alteração de parâmetro implicaria diretamente na operação do sistema. Em resposta, o
171 gerente Guilherme esclareceu que a criação de um novo parâmetro com vazão inferior
172 certamente implicaria na operação, tendo em vista as elevadas perdas por trânsito ao
173 longo do curso hídrico. Destacou que, para garantir os usos diversos ao longo do trecho,
174 qualquer alteração para baixo traria consequências relevantes na efetividade da
175 distribuição. Encerrada a etapa de esclarecimentos, foi encaminhada à plenária a votação
176 dos parâmetros operacionais. A COGERH apresentou a sugestão de vazão mínima de
177 370 L/s e máxima de 380 L/s. Nesse momento, o senhor Inácio Evangelista,
178 representante da CAGECE, manifestou sua preocupação com a pequena diferença entre
179 os dois valores propostos, considerando que, diante de uma eventual nova demanda, a
180 margem apresentada poderia ser insuficiente. Sugeriu, portanto, a criação de um novo
181 cenário com vazão mínima de 370 L/s e máxima de 400 L/s. Guilherme destacou que os
182 cenários operacionais não são absolutos ou fixos para todo o período de alocação.
183 Enfatizou que, caso surjam novas demandas ou necessidades operacionais, o comitê
184 poderá ser novamente acionado para reavaliar e deliberar sobre eventuais ajustes nos
185 parâmetros definidos. Dando continuidade, o Presidente Raul colocou em votação o
186 cenário proposto inicialmente pela COGERH (370–380 L/s), o qual obteve 13 votos
187 favoráveis. Em seguida, foi colocado em votação o cenário alternativo sugerido por Inácio
188 Evangelista (370–400 L/s), que obteve 4 votos favoráveis. Dessa forma, foi aprovado pela
189 plenária do comitê, como parâmetro de alocação para o hidrossistema do Açude Angicos,
190 a vazão mínima de 370 L/s e a vazão máxima de 380 L/s. Em seguida, foi apresentada à
191 plenária a análise do Açude Diamante, com base no histórico recente de operação. Foi
192 informado que, no ano de 2023, a vazão operada foi de 23 L/s, enquanto em 2024 a
193 vazão passou para 30 L/s, sendo esta também a demanda atual estimada para o
194 reservatório. A COGERH apresentou dois cenários de alocação para o semestre: o
195 primeiro com vazão de 30 L/s, que resultaria em um volume final de 63,92% da
196 capacidade do açude; e o segundo, com vazão de 35 L/s, no qual o reservatório
197 encerraria o período de operação com 63,23% da capacidade. Após exposição dos dados
198 e sem manifestações contrárias ou sugestões de alteração, a plenária aprovou, por
199 unanimidade, o cenário de alocação com vazão de 35 L/s para o Açude Diamante. Na
200 sequência, foi apresentada a análise referente ao Açude Diamantino II, com base no
201 histórico de alocação e na demanda atual estimada. Informou-se que, na última alocação,
202 foi operada uma vazão de 28 L/s. Atualmente, a demanda estimada é de 29 L/s. A
203 COGERH apresentou dois cenários para avaliação da plenária: o primeiro, com vazão
204 mínima de 30 L/s, que resultaria em um volume final estimado de 61,12% da capacidade
205 do reservatório ao término da operação; e o segundo, com vazão máxima de 35 L/s,
206 resultando em 60,63% da capacidade ao final do período. A professora Patrícia perguntou
207 se a perda em trânsito é referente a perda natural do trecho ou se tem outras demandas

no trecho. Guilherme explicou que existem outorgas de poços que utilizam para dessedentação animal e outros usos que são considerados no estudo. Hiago complementou que o reservatório tem uma demanda mais alta para o Tucunduba, que é mais antigo, tendo ainda poucas demandas no trecho até o momento. A margem proposta foi aprovada também por unanimidade. Na sequência, foi apresentado o cenário de alocação para o Açude Gangorra. Informou-se que, nas últimas alocações dos anos de 2023 e 2024, foi operada uma vazão de 140 L/s, explicando que houve um aumento de precisão na análise, pela implementação de equipamentos de medição de vazão utilizada pelo SAAE de Granja. Para o atual período, a COGERH apresentou dois cenários: o primeiro com vazão mínima de 155 L/s, que resultaria em um volume final de 62,98% da capacidade do reservatório ao término da operação; e o segundo com vazão máxima de 160 L/s, cuja projeção final indicava 62,81% da capacidade. Marcos da EMATERCE ficou com dúvida da vazão utilizada por perdas em trânsito de 70L/s, para um trecho pequeno. O Guilherme explicou que tem um poço com demanda por volume significativo para ser suprido antes que a água chegue ao ponto de captação. O Raul complementou com informação sobre as comunidades difusas que estão no entorno do açude (Paudarco, Torrões e Agrovila) sem abastecimento, estando em processo de mobilização em busca de apoiar a resolução desta situação. Ficou aprovada por unanimidade esta proposta também de margem de vazão. Em seguida, foi apresentada a análise do Açude Itaúna. Informou-se que, na última alocação, a vazão operada para o reservatório foi de 200 L/s. Atualmente, a demanda estimada é de 179 L/s. Para o atual período de operação, a COGERH apresentou dois cenários de alocação: o primeiro, com vazão mínima de 180 L/s, resultando em um volume final de 63,78% da capacidade do reservatório; e o segundo, com vazão máxima de 200 L/s, com projeção de encerrar o semestre com 63,34% de sua capacidade. O sr Marcos, perguntou sobre a vazão de usos no trecho do rio de 90 L/s, sendo elucidado que há demandas de usos diversos no trecho, bem como uma comunidade que utilizava a água da perenização. Como a comunidade Nova Olinda passou a ser atendida pela adutora nova que foi construída, o volume passou a ser muito elevado. Foi indicado que há uma necessidade de segurança requerida pela própria comunidade por medo de acontecer rompimento da barragem, sendo uma preocupação manter a soltura do açude por consequência dessa preocupação. O sr. Marcos reforçou que é uma perda de água muito alta para dar segurança para a população, que deve ser melhor trabalhada a sensibilização da comunidade sobre a segurança do reservatório, pensando-se em outras demandas. Nesse contexto, Hiago explicou que a redução do volume solto é compensado em função do aumento da evaporação, trazendo poucas alterações no resultado final, e o senhor Marcos reforçou a importância de trabalhar novos usos para essa água. A professora Patrícia contribuiu sobre a importância de complementar a especificação dos usos que estão identificados como outros usos, bem como sobre a importância de pensar em soluções para as comunidades que estão nas proximidades do reservatório. Guilherme se comprometeu em trazer as informações mais estratificadas das próximas vezes, apesar de ser complicado identificar com detalhe o quantitativo dos usos diversos feito pelas populações difusas. O Aldenir da AMOR do Retiro explicou que conhece as demandas e possui várias atividades de irrigação em pequenas comunidades e usos que captam até mesmo com baldes na margem do rio. Para o Itaúna foi uma vazão votada entre 180L/s e 200 L/s, com aprovação pela plenária com uma abstenção da Professora Patrícia. Em continuidade à apresentação dos cenários de alocação, foi realizada a análise do Açude de Martinópolis. Informou-se que, nas duas últimas alocações, a vazão operada foi de 40 L/s. Para o presente período de operação, a COGERH propôs dois cenários: o primeiro, com vazão mínima de 25 L/s, que resultaria em um volume final de 41,28% da capacidade do reservatório; e o segundo, com vazão máxima de 35 L/s, com previsão de encerrar o semestre com 40,56% de sua capacidade, com aprovação por aclamação.

260 Dando prosseguimento à reunião, foi apresentada a análise do Açude Tucunduba.
261 Informou-se que, nas últimas alocações, a vazão operada foi de 90 L/s, enquanto a
262 demanda estimada para o ano em curso é de 82 L/s. A COGERH apresentou dois
263 cenários para deliberação: o primeiro, com vazão mínima de 85 L/s, que resultaria em um
264 volume final de 61,79% da capacidade do reservatório; e o segundo, com vazão máxima
265 de 100 L/s, cujo volume ao final da operação seria de 61,09%. Durante a discussão, o
266 Presidente Raul Neto e o senhor José destacaram as comunidades atendidas no entorno
267 do açude. A Professora Patrícia, por sua vez, questionou o motivo de algumas dessas
268 comunidades estarem incluídas na categoria de perdas em trânsito. Em resposta, o
269 coordenador Guilherme explicou que a classificação se deve à impossibilidade de
270 quantificar precisamente os volumes utilizados por essas comunidades. A professora
271 retomou a palavra e perguntou se Guilherme dispunha de informações sobre o número de
272 famílias nessas comunidades e se o atendimento era feito por meio do SISAR ou de
273 associações comunitárias. Nesse momento, Raul respondeu parcialmente, esclarecendo
274 que algumas comunidades estão, de fato, incluídas nas perdas em trânsito, mas que, no
275 caso de Panacuí e do município de Marco, há sistemas instalados; no distrito de Serrote,
276 o abastecimento é feito por meio de uma associação local. Acrescentou ainda que,
277 durante o período de perenização, o SISAR atua através de poços, e não com captação
278 direta do rio perenizado. O coordenador Guilherme complementou a fala, relatando sua
279 visita à comunidade de Tapuio, localizada no trecho final da perenização. Informou que,
280 nessa localidade, não há sistema formal de abastecimento, e a população realiza o uso
281 direto da água do açude, por meio de baldes, especialmente para fins domésticos e
282 dessedentação animal, não sendo utilizada para consumo humano direto. A Professora
283 Patrícia pediu que fosse registrado em ata sua preocupação com relatos de comunidades
284 que utilizam a água do açude para abastecimento humano, ainda que não para o
285 consumo direto. Ressaltou que, mesmo nesses casos, atividades como banho, lavagem
286 de roupas e limpeza da casa também constituem formas de abastecimento humano, e
287 que estão sendo realizadas sem qualquer tipo de tratamento da água. Destacou que,
288 embora o tema não seja de competência direta da COGERH, considera importante que
289 esse cenário seja verificado e que se busque diálogo com os órgãos e instituições
290 responsáveis, a fim de mitigar essa realidade. Encerrada a discussão, o cenário
291 apresentado foi aprovado por unanimidade pela plenária. Dando continuidade, foi
292 apresentada a análise do Açude Várzea da Volta. Segundo o histórico de alocação, no
293 ano de 2023 a vazão operada foi de 70 L/s, e em 2024, de 75 L/s. A demanda atual
294 estimada para o reservatório é de 75 L/s. A COGERH apresentou dois cenários
295 operacionais para avaliação: o primeiro, com vazão mínima de 75 L/s, resultando em um
296 volume final de 42,22% da capacidade do açude; e o segundo, com vazão máxima de 80
297 L/s, que resultaria em 41,58% da capacidade ao final da operação. Durante a discussão,
298 a Professora Patrícia solicitou o registro em ata de uma preocupação expressiva com a
299 situação do abastecimento humano no entorno do açude, especialmente nas
300 comunidades quilombolas da região, como Canafístulas, Timbaúbas e outras. Ressaltou
301 que, apesar da proximidade geográfica com o açude sendo possível visualizá-lo
302 diretamente, essas comunidades não têm acesso à água para abastecimento humano.
303 Informou que um levantamento realizado por meio de um projeto financiado pela
304 FUNCAP, em parceria com a Universidade, demonstrou que ainda hoje essas
305 comunidades convivem com situações críticas, como a ausência de banheiros e a
306 necessidade de buscar água em baldes ou carrinhos de mão. Ressaltou que essas
307 realidades, muitas vezes invisibilizadas, ainda persistem, apesar da expectativa de que
308 tais condições já estivessem superadas. Patrícia destacou que se trata de um problema
309 histórico e estruturante que persiste, e questionou de que forma o comitê pode contribuir
310 para instigar esse debate junto às prefeituras e aos órgãos responsáveis pelo
311 abastecimento humano. Enfatizou que não se trata de comunidades pequenas embora

312 qualquer número justificasse atenção, mas de grupos com 50, 100 famílias, e que,
313 portanto, merecem prioridade, conforme estabelece a legislação sobre o uso prioritário da
314 água para consumo humano. Reforçou que não se trata de uma crítica à Gerência
315 Regional da COGERH de Sobral, mas sim de uma dificuldade em visualizar esses dados
316 nas apresentações técnicas, por serem demandas mais difusas. Ressaltou que o comitê
317 costuma concentrar seus debates nas grandes vazões e reservatórios, mas pouco se
318 debruça sobre os dados sociais e sobre o acesso à água em nível comunitário. Por fim,
319 pediu que o registro fosse feito em ata como um alerta e como um ponto de atenção para
320 que, em reuniões futuras seja no processo de alocação, seja no âmbito das câmaras
321 temáticas possam ser debatidas ações mais concretas e articuladas que garantam às
322 comunidades o efetivo acesso à água para abastecimento humano, conforme previsto em
323 lei. A proposta foi aprovada, como uma abstenção da Professora Patrícia. O Presidente
324 Raul Neto também solicitou que fosse registrado em ata sua preocupação com a
325 necessidade de debater o acesso à água pelas minorias, especialmente os pequenos
326 usuários. Destacou que isso tem lhe preocupado e acendido uma luz vermelha,
327 principalmente ao observar o andamento do projeto Malha d'Água, que tem como objetivo
328 resolver os problemas de abastecimento nos municípios mais afetados pela seca na
329 região do Coreaú. No entanto, Raul alertou que, apesar da relevância do projeto, o Estado
330 não possui uma política voltada para o pequeno. O Malha d'Água consiste em levar água
331 desde os reservatórios até a sede dos municípios, mas não contempla as comunidades
332 difusas que se encontram ao longo dos perímetros perenizados dos rios, o que tem sido
333 uma de suas principais preocupações. Compartilhou que, nas conversas com prefeituras,
334 tem sido alertado que esse é um problema que, mais cedo ou mais tarde, chegará às
335 portas dos municípios. Ressaltou que esse conhecimento tem sido levado à SRH e ao
336 Governo do Estado, pois o projeto inicial não teve o cuidado ou zelo de incluir essas
337 populações mais vulneráveis, priorizando apenas o atendimento aos grandes centros.
338 Relatou, ainda, que o projeto original previa a condução da água do Açude Angicos até a
339 Estação de Tratamento de Uruoca, mas, diante das falas e colocações feitas nas
340 instâncias de participação, o projeto foi modificado e atualmente está previsto para
341 interligar os Açudes Tucunduba e Martinópole. Reforçou que o comitê tem buscado
342 constante diálogo com a SRH, o Estado e os municípios, pois, após a implementação do
343 Malha d'Água, não haverá mais perenização dos rios, e é preciso refletir desde já: como
344 ficarão essas comunidades? Alertou que é um problema que já deve ser discutido com
345 vistas à construção de projetos futuros, em parceria com os municípios e com o Governo
346 do Estado. Na sequência, o gerente regional Hiago pediu a fala para complementar.
347 Afirmou ser um grande defensor do tema e solicitou que a mesa diretora reforçasse a
348 importância do Malha d'Água do Açude Angicos, destacando que se trata de um dos
349 maiores e mais relevantes projetos em curso, com potencial para melhorar
350 significativamente a infraestrutura hídrica da região. O Presidente Raul agradeceu a
351 contribuição e reiterou que, sempre que tem oportunidade, reconhece e defende o projeto
352 Malha d'Água como a principal obra de infraestrutura para apoiar a atuação da COGERH
353 e ampliar o acesso à água na Bacia do Coreaú. O próximo reservatório analisado foi o
354 Açude Premuoca, que possui histórico de vazão de 20 L/s, sendo utilizado
355 exclusivamente como fonte de reserva para abastecimento dos municípios de Uruoca e
356 Senador Sá. Foi apresentado um único cenário, com vazão mínima de 20 L/s, no qual o
357 reservatório chegaria ao final da operação com 44,61% de sua capacidade. O Gerente
358 Regional Hiago destacou que, tanto para o Açude Premuoca quanto para o Açude Trapiá
359 III, por se tratarem de reservatórios com uso exclusivo para abastecimento humano e sem
360 outras demandas associadas, já está sendo definida a vazão alocada. A comunidade e os
361 órgãos envolvidos serão apenas informados quanto à vazão estabelecida, visto que não
362 há necessidade de deliberação sobre múltiplos cenários. A proposta foi aprovada por
363 unanimidade pela plenária. Por fim, encerrando a apresentação dos cenários dos açudes

364 da Bacia do Coreaú, o Coordenador Guilherme apresentou o reservatório Trapiá III, que
365 possui histórico de vazão alocada de 15 L/s, sendo o único uso contemplado o
366 abastecimento humano. O cenário proposto para o presente ciclo de alocação manteve a
367 vazão de 15 L/s, estimando-se que o açude chegue ao final da operação com 43,12% de
368 seu volume. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade pela
369 plenária. Sem mais considerações, o Coordenador Guilherme agradeceu a atenção de
370 todos os presentes. Na sequência, o senhor Aldenir, representante da AMOR da
371 comunidade do Retiro, solicitou apoio do Comitê e da COGERH para buscar informações
372 quanto à continuidade da obra de canalização destinada ao abastecimento das
373 comunidades de Retiro e Carneiro. Diante da solicitação, foi acordado como
374 encaminhamento o envio de ofício aos órgãos competentes com o objetivo de obter
375 informações atualizadas sobre o andamento da referida obra. Para concluir o processo de
376 alocação, a professora Izabela, secretária da mesa diretora, realizou a leitura da
377 Resolução contendo os parâmetros de alocação aprovados pela plenária, a qual foi
378 aprovada por unanimidade. Após a apresentação técnica dos cenários de alocação para
379 os principais reservatórios da Bacia do Coreaú, bem como os debates ocorridos em
380 plenária, foi colocada em deliberação a proposta dos parâmetros operacionais de vazão
381 para o segundo semestre de 2025. A plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú
382 (CBH Coreaú) aprovou, por maioria e/ou unanimidade, os seguintes parâmetros de
383 alocação: Para o Açude Angicos, foi aprovada a vazão mínima de 370 L/s e vazão
384 máxima de 380 L/s. No Açude Gangorra, os parâmetros aprovados foram de 155 L/s
385 como vazão mínima e 160 L/s como vazão máxima. O Açude Itaúna teve como
386 parâmetros definidos a vazão mínima de 180 L/s e a máxima de 200 L/s. Já para o Açude
387 Martinópole, os valores aprovados foram de 25 L/s (mínimo) e 30 L/s (máximo). No caso
388 do Açude Tucunduba, definiu-se a vazão mínima de 85 L/s e a máxima de 100 L/s. Para o
389 Açude Diamantino II, foram aprovadas as vazões de 30 L/s como mínima e 35 L/s como
390 máxima. O Açude Diamante teve os mesmos parâmetros definidos: vazão mínima de 30
391 L/s e máxima de 35 L/s. Para o Açude Várzea da Volta, aprovou-se a vazão mínima de 75
392 L/s e a máxima de 80 L/s. O Açude Premuoca teve sua vazão operacional definida em 20
393 L/s, enquanto o Açude Trapiá III foi aprovado com vazão de operação de 15 L/s. Os
394 parâmetros definidos terão validade até 31 de janeiro de 2026, conforme acordado em
395 plenária, entrando em vigor na data de sua aprovação.

396 **5- Apresentação do relatório final do Plano de secas (Hidrossistema Angicos):** A
397 pauta seguinte teve início com a apresentação do relatório final do Plano de Seca do
398 Hidrossistema Angicos, conduzida pelos professores Tyago Aragão e Íris Araújo. O
399 professor Tyago iniciou sua fala destacando que estava sendo apresentado à plenária o
400 relatório final do plano de seca, ressaltando a importância da proposta como um plano de
401 gestão proativa. Enfatizou que o termo "proativo" é central nesse processo, pois
402 estabelece a possibilidade de discussão e planejamento antecipado para diferentes
403 cenários a cada ano, permitindo a adoção de medidas de mitigação antes que a situação
404 de escassez se instale. Durante sua explanação, foi exibido em tela um histórico das
405 vazões do hidrossistema no período de 2010 a 2024, evidenciando que a vazão de 370
406 L/s já vem sendo, ao longo dos anos, uma vazão de referência capaz de atender às
407 demandas específicas do sistema, principalmente em anos com boa recarga. O professor
408 observou que, mesmo em anos considerados úmidos ou dentro da normalidade, a
409 operação parte do pressuposto de que o reservatório inicia com 100% de sua capacidade.
410 Comparou essa lógica a um servidor público concursado que recebe sempre o mesmo
411 valor fixo, sem margem para aumento de suas obrigações nem preparo para imprevistos.
412 Por essa razão, destacou a relevância do plano proativo como instrumento de apoio para
413 mitigar os impactos quando há a transição de um cenário de normalidade para um de
414 alerta. O professor Tyago reforçou que a curva é muito tênue no processo de normalidade
415 para o processo de alerta, e que, por isso, as tomadas de decisões precisam ser

concatenadas dentro de um plano muito específico para atender essas demandas. Um dado que chamou a atenção do professor Tyago foi a perda em trânsito, que gira em torno de 250 L/s, considerada uma quantidade muito significativa. Dentro desse cenário, e considerando a estrutura atual do Açude Angicos, destacou que uma única solução plausível seria o “envelopamento”, de forma que essa perda seja alocada dentro do próprio sistema, já que a capacidade de gerenciamento desse processo se encontra estrangulada. Ressaltou ainda que qualquer outra demanda adicional a ser atendida se torna muito complexa, diante da limitação atual. Em seguida, a professora Íris Araújo iniciou sua apresentação, destacando que foi a responsável por analisar as atas do período de 2010 a 2024, tendo tido muito cuidado ao examinar as tomadas de decisões ao longo desses anos. Ressaltou que o Açude Angicos não possui um processo robusto de institucionalização da tomada de decisão e que, entre os planos de seca elaborados no último ano, foi o único que não possuía Comissão Gestora. A professora enfatizou ainda que há uma expectativa de que o Açude Angicos abasteça algumas comunidades, mas que, dentro da normalidade do reservatório, isso não é possível. Segundo ela, esse foi um dos principais conflitos identificados nas leituras das atas. Destacou também que, por trás das atas e nas conversas com os usuários, existe a percepção de que a marcação da seca ocorre quando o açude não sangra, o que indica que “alguma coisa está acontecendo”. O auge dessa percepção foi registrado no ano de 2015, com o colapso do hidrossistema. Além dos conflitos relacionados à expectativa da chegada da água às comunidades, a qualidade da água também foi apontada como um ponto sensível, especialmente durante o período de seca, em que tende a cair ainda mais, resultando em situações onde o abastecimento emergencial é feito com água de baixa qualidade. Dando continuidade, a professora Íris destacou que foi realizada uma tentativa de organizar os impactos da seca em aspectos negativos e positivos, com base nos quatro eixos que estruturam o Plano de Seca: hídrico, econômico, social e ambiental. No eixo hídrico, os impactos negativos identificados foram: crise de abastecimento, diminuição da qualidade da água, alteração na operação do reservatório, barramentos e outras intervenções ilegais, fornecimento de água inapropriada, racionamento e desperdício das águas dos poços. Como aspectos positivos, foi ressaltada a atuação da COGERH, sempre lembrada como uma parceira importante, com ações como fiscalizações, construção de cisternas e adutoras, perfuração de poços e operação de caminhão-pipa. No eixo econômico, os impactos negativos incluíram perdas na agricultura, na criação de rebanhos e na pesca, além da necessidade de utilizar carros-pipa particulares, aquisição de garrações de água e perda de dias trabalhados. Entre os pontos positivos, destacou-se a percepção de que é necessário aprender a conviver com a seca, por meio da diversificação econômica com atividades que possam ocorrer independentemente das condições hídricas. Ressaltou-se ainda que a construção de cisternas continua sendo considerada a principal política pública para enfrentamento da seca na região. No eixo social, os impactos negativos foram: doenças associadas à má qualidade da água, comprometimento da vida cotidiana, dificuldade de articulação para reivindicações, êxodo rural, dificuldade de aprendizado sobre boas práticas nos usos dos rios e açudes e aumento de conflitos. Como aspectos positivos, apontou-se a atuação do comitê de bacia, a construção de parcerias e aprendizados relacionados ao uso das cisternas. No eixo ambiental, foi destacada a dificuldade de aprendizado sobre práticas não poluentes no uso dos açudes. No caso específico do Açude Angicos, foi relatado um caso crítico de uso de iscas poluentes por pescadores. Como ponto positivo, destacou-se a atuação do comitê de bacia com foco na preocupação ambiental. Sobre o tema da vulnerabilidade, a professora enfatizou a importância de evitar a repetição de ações ineficazes em futuras secas, alertando para a falta de investimento em novos reservatórios, o baixo investimento na distribuição de água, o excesso de burocracia para realização de obras, a quase inexistência de fiscalização e punição por infrações,

468 dificuldade na remoção de barramentos ilegais, poucos canais de denúncia, ausência de
469 garantia de segurança a quem denuncia, além da escassez de ações de comunicação e
470 educação voltadas para a convivência com a seca. Por fim, ao tratar dos conflitos,
471 destacou a importância de diferenciar os conflitos permanentes daqueles agravados pela
472 seca, com destaque para a impossibilidade de abastecimento de algumas comunidades e
473 o uso inadequado do açude, que acarreta problemas de poluição. Na sequência, o
474 professor Tyago destacou o jogo “Seca em Jogo”, que tem como objetivo conscientizar
475 sobre como as alocações ocorrem entre os diferentes usos. Diante das dinâmicas do jogo
476 e da proposta utilizada, um dos cenários apresentados foi a redução da alocação dos 370
477 L/s para uma proposta inferior, possibilitando uma capacidade de reação quando se passa
478 de um processo de normalidade — representado pelos 370 L/s operados nos últimos
479 anos —, partindo do pressuposto de que haverá uma recarga de 100% do reservatório ao
480 final da quadra chuvosa. Na última reunião em que participou, o melhor cenário
481 apresentado entre os múltiplos avaliados foi uma demanda de 320 L/s, que poderia ser
482 atendida dentro de um processo de maior contenção, especialmente no momento de
483 transição do sistema normal para o sistema de alerta. Nesse ponto, o processo torna-se
484 mais complexo, pois, ao atingir o sistema de alerta — e não havendo recarga total no
485 hidrossistema — o modelo indicaria a transição para uma alocação de 120 L/s para evitar
486 que o sistema entre em seca ou seca severa. No entanto, esse valor é inviável, pois a
487 perda em trânsito é de 250 L/s, o que inviabiliza a operação, ainda mais considerando
488 que, em sistema de alerta, essas perdas tendem a aumentar devido à maior exposição ao
489 sol e ao solo não saturado, o que acentua a dispersão no canal. Diante disso, a resolução
490 apontada pelos modelos foi a alocação de 320 L/s, mesmo reconhecendo que é um valor
491 restritivo, especialmente porque os 370 L/s já apresentam dificuldades de atendimento a
492 todas as demandas. Contudo, foi o modelo matematicamente mais adequado segundo as
493 simulações realizadas. Em seguida, a professora Íris ressaltou que, a partir desse cenário,
494 foi construído o plano de ações, considerando os estados de normalidade, alerta, seca e
495 seca severa, contemplando medidas nos aspectos hídrico, social, ambiental e econômico.
496 No aspecto hídrico, os participantes das oficinas identificaram como principais problemas
497 o racionamento de água, a queda da qualidade e a crise de abastecimento nas zonas
498 rurais, a partir dos quais foram pensadas ações específicas a serem desenvolvidas com
499 alianças entre múltiplos atores, como por exemplo a articulação para a priorização do
500 projeto Malha d'Água. A professora destacou que o plano não é um documento fechado,
501 mas sim um guia de princípios, que deve nortear as tomadas de decisão e servir de
502 sugestão para a negociação da água, prevendo ainda a implementação por meio de uma
503 câmara permanente ou comissão já formada, conforme discutido em reunião anterior. Por
504 fim, a professora Íris informou que aquela seria a última apresentação referente ao Plano
505 de Seca no âmbito do comitê, colocando-se à disposição para esclarecimentos ou
506 contribuições futuras, e agradeceu ao CBH Coreaú e à COGERH pelo apoio. O
507 presidente Raul Neto agradeceu aos professores Tyago Aragão e Íris Araújo pelo
508 relevante trabalho apresentado e, em seguida, consultou os membros sobre possíveis
509 encaminhamentos.

510 **7- Encaminhamentos e encerramento:**

511 Ficou deliberado o encaminhamento de um ofício, por meio do Comitê, solicitando
512 informações atualizadas sobre a continuidade das obras de canalização nas localidades
513 do Retiro e Carneiro, conforme solicitado pelo senhor Aldenir, representante da AMOR do
514 Retiro. Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente Raul Neto declarou encerrada a
515 reunião, que foi posteriormente registrada em ata. A presente ata foi redigida pela
516 secretária da diretoria do CBH Coreaú, Professora Izabela Cristiane de Lima Silva, com o
517 apoio da secretaria executiva, por meio do auxiliar técnico Genario Fonseca de Matos
518 Junior, responsável pela transcrição de falas específicas e mais longas, bem como pela
519 revisão do conteúdo.